

Brasil quer ouvir banqueiros em separado antes de assinar acordo

SUELY CALDAS
Da Agência Estado

Rio — O embaixador extraordinário para negociação da dívida externa, Jório Dauster, afirmou ser impossível concluir um acordo com os bancos credores e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), antes de setembro. Os bancos terão de esperar ainda mais tempo, porque a programação da renegociação da dívida prevê que os acordos com o FMI e com o Clube de Paris ocorram antes do entendimento com os bancos privados. “Não faremos nada com pressa, porque a intenção é oferecer uma proposta séria e consistente, capaz de ser cumprida”, argumenta Dauster.

O formato da negociação idealizado pela ministra Zélia Cardoso de Mello e por Dauster inclui mudanças radicais em relação às estratégias de governos anteriores. Uma delas refere-se à forma de conversar com os banqueiros credores. Se antes um represen-

tante do Governo brasileiro se deslocava para Nova Iorque ou Londres para conversar com o comitê de bancos (uma representação que congregava os interesses dos credores), agora o Governo brasileiro chamará ao Brasil os banqueiros e os ouvirá separadamente, não mais em bloco. “Em determinado momento, vamos examinar a utilidade do comitê, porque pretendemos utilizá-lo como instrumento, mas não com o caráter anterior de mitificação”, avisa o embaixador.

OPINIÃO

Nas conversas com os banqueiros, em Brasília, que começarão em julho, Dauster vai sobretudo ouvi-los. “Precisamos conhecer idéias de cada um, suas experiências nas negociações com outros países. Afinal, o Brasil só negociou, até hoje, o reescalonamento da dívida. A redução do seu estoque ainda é uma novidade que os banqueiros vão ajudar-nos a des-

vendar”, explica Dauster. Essas conversas não devem ser interpretadas como início das negociações. Elas servirão para o Governo brasileiro formar sua opinião sobre qual a melhor e mais viável proposta a formular.

Essas consultas aos bancos se darão logo após a partida da missão do FMI, que deverá chegar ao Brasil na segunda quinzena deste mês. Até lá, tanto o FMI quanto os banqueiros já conhecerão a quantia que o Brasil se dispõe a pagar aos bancos este ano, por conta dos juros atrasados (5 bilhões de dólares) e dos que estão por vencer. A cifra de 5 bilhões de dólares, mencionada pelo presidente Collor durante a campanha eleitoral, é apenas uma referência, uma vez que a quantia só será definida a partir do superávit fiscal que for possível produzir este ano e que será calculado no orçamento que o Governo enviará ao Congresso nos próximos dias.(AE)